

Lídia Maria Pires Soares Cardel¹
Maria Salete Souza Amorim²
Ubiraneila Capinan³

Esta edição da Revista Prelúdios apresenta o **Dossiê Meio Ambiente**, que reúne artigos com abordagens relativas às questões ambientais no âmbito das Ciências Sociais e da pesquisa interdisciplinar, estabelecendo um diálogo de saberes que se situa em um campo de interrelações natureza-sociedade. A temática ambiental vem adquirindo centralidade no debate nacional e internacional ao longo dos últimos anos, envolvendo um importante debate sobre o acesso, os usos e os significados da natureza enquanto bem e enquanto recurso, de modo a evitar o agravamento da crise ambiental, climática e ecológica. No campo dos estudos ambientais, a produção acadêmica vem refletindo sobre esse importante e atual debate e tem contribuído, de modo propositivo, para o enfrentamento dos graves problemas socioambientais no Brasil.

Os aspectos centrais deste debate são as disputas, os conflitos e os impactos socioambientais recorrentes quando os usos e os significados atribuídos ao meio ambiente pelos povos de ecossistemas se cruzam com as concepções utilitaristas dos povos da biosfera. Segundo Little (2004), autor que cunhou estas duas categorias que dividem a ordem planetária, os povos dos ecossistemas são compostos por grupos sociais envolvidos diretamente com o meio que os circundam, como os “camponeses, povos indígenas, pastorais e populações extrativistas de pescadores, caçadores e coletores [...] que estabelecem suas formas de vida por meio da ação direta com os ecossistemas”. Já os povos da biosfera formam o grupo adensado nos meios urbanos, como os “trabalhadores fabris, empresários e demais grupos urbanos [...] [que] têm como ambiente de exploração direta toda a biosfera por meio das tecnologias disponíveis” (Little, 2004, p. 95). O princípio básico que rege essa divisão foca na perspectiva e simbologia que se apresentam de forma diametralmente oposta em relação às ações e gestão da natureza: enquanto os povos da biosfera, na concepção de Bruno Latour

- 1 Professora Titular do Departamento de Sociologia da UFBA e pesquisadora do Núcleo de Estudos Ambientais Urbanos e Rurais -UFBA (Nuclear). E-mail: lidiacardel@gmail.com
- 2 Doutora em Ciência Política, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/UFBA) e do Grupo de Pesquisa em Metodologia Política (Metodos/UFBA). E-mail: msapolitica@gmail.com
- 3 Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/UFBA), professora do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). E-mail: ubiraneila.capinan@gmail.com

(2020, p. 5), cortaram “todos os laços legais, morais, estéticos e afetivos com a Terra”, os povos dos ecossistemas permanecem imbuídos de uma ordem moral que agrega humanos e não humanos em suas cosmologias.

Tais categorias são frutíferas para trabalhar a proposta de duas outras que visam estabelecer a distinção analítica das formas como estes dois grupos abordam a natureza: por um lado, a noção de bem comum e, por outro, a noção de recursos. O uso da categoria de “bem comum” para se referir aos elementos da natureza está inserido na ética dos povos dos ecossistemas, e se caracteriza pela apropriação do meio ambiente através do seu valor de uso e pela busca de um metabolismo simétrico entre os actantes humanos e não humanos, em que o homem se conecta através das práticas de trabalho fundamentadas no valor de uso, e não no princípio da acumulação. Por sua vez, a recorrente utilização da categoria “recursos naturais” centra-se nas práticas dos povos da biosfera, destacadamente, na movimentação do capitalismo avançado, que impõe agudizamentos na rixa metabólica entre o homem e a natureza (Marx, 2011).

Em sintonia com esse pensamento, Henri Acselrad (2014, p. 88) adverte que no processo de gestão dos conflitos socioambientais são usados dissimuladores que buscam gerar o convencimento de “benignidade coletiva”, mas o fazem “[...] estabelecendo hierarquias entre os diferentes ou as dissimulando sob a retórica do bem comum, quando o que está em jogo são recursos econômico-territoriais e poder estratégico para capitais e Estados.”. Essa assertiva é uma boa provocação para nos movermos em busca de legitimar outras formas de gestão que não seja a atual vigente centrada no Estado. É, igualmente, uma boa oportunidade para problematizarmos a atuação estatal, tratando o Estado Nacional como um ator social não necessariamente neutro. Enquanto atores da sociedade civil agindo politicamente por meio de pesquisas e análises científicas, nos cabe proceder de forma a confrontar as várias faces das ações institucionais estatais promovendo debates mais amplos sobre outras formas de gestão da natureza que não as pautadas na “doxa do desenvolvimentismo” (Carneiro, 2005).

Neste sentido, as disputas socioambientais são decorrentes, também, do embate entre diferentes modelos de gestão pública ou, para utilizar a máxima de Bruno Latour, não são apenas disputas, mas conflitos inconciliáveis gerados por uma “imbecilidade territorial” que fragmenta GAIA em mundos distintos. Uma pauta nos interesses dos povos da biosfera defende, em primeira instância, o crescimento econômico através da exploração desenfreada dos recursos naturais e a adoção de medidas compensatórias para amenizar os danos ambientais. Outra embasada nos interesses dos povos de ecossistemas se caracteriza pelo respeito à natureza, pela defesa dos direitos desses povos e pela

busca de uma gestão equilibrada dos bens da natureza, de forma a deixá-los como legado às futuras gerações. E é esse modelo de gestão, mais alternativo, que nós, organizadoras, e os autores deste dossiê, consideramos relevante para garantir o equilíbrio e a simetria da complexa relação sociedade-natureza.

Dentro deste debate, os textos que compõem este volume da Revista Prelúdios trazem uma variedade de temáticas inseridas no âmbito dos estudos ambientais. O dossiê apresenta uma **entrevista com a pesquisadora Maria Salete Souza de Amorim**, do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/FFCH/UFBA), que discorre sobre a sua experiência de pesquisa e de extensão na área ambiental, além disso, conta com quatro artigos que abordam sob diferentes perspectivas a importância da preservação do meio ambiente e da biodiversidade para as sociedades, problematizando conflitos socioambientais que geralmente são associados aos povos originários e comunidades centenárias e que envolvem disputas pelo uso da terra, da água e de reservas minerais.

O primeiro artigo, intitulado **O desejo, a crença e a sensação na pesquisa em conservação da biodiversidade na Amazônia: notas sociológicas sobre outra “crise ambiental”**, de autoria de Felipe Vargas, analisa a produção dos dados sobre biomassa florestal em duas Unidades de Conservação do Estado de Roraima a partir da confluência de duas lógicas, a métrica e a sensitiva. Utiliza a grade Rapid Assessment Survey in Long-term Ecological Research (RAPELD), método criado pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (PPBio/INPA), como uma forma de medir e gerir a biodiversidade. O autor apresenta uma importante reflexão: a perda da biodiversidade é, ao mesmo tempo, a perda da capacidade dos sentidos. Portanto, mediante a crise ambiental, é necessário criar modos de fazer sociedade.

O segundo artigo, **Marxismo e meio ambiente: da contribuição de Marx às interpretações contemporâneas diante da crise ecológica**, de autoria de Cláudio Almeida Silva Filho e Antônio da Silva Câmara, apresenta reflexões teóricas sobre o meio ambiente/natureza, com base nas contribuições de Karl Marx e autores contemporâneos, como Mészáros, Harvey e Lowy. O debate elucidada a crise ecológica, que tem colocado em risco a sobrevivência dos seres vivos do planeta. Os autores problematizam que, enquanto a produção capitalista tratar a natureza como mercadoria, a degradação ambiental alcançará níveis irreversíveis. Uma das possíveis soluções é fornecer uma alternativa ecológica e sustentável, de alcance nacional e internacional, como o ecossocialismo.

O terceiro artigo, **As representações cinematográficas dos conflitos socioambientais em torno da usina hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia**, de autoria de Humberto Alves Silva Junior, aborda os conflitos socioambientais de-

correntes da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA), através de análise filmica de dois documentários: 1) *Belo Monte, anúncio de uma guerra* (2016), de André D'Elia; e 2) *Belo Monte, depois da inundação* (2016), de Todd Southgate. Ambos problematizam os riscos de construção de hidrelétricas na Amazônia, que, além de causar séria degradação aos biomas da região, compromete a sobrevivência das populações atingidas, como indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores, que, por sua vez, lutam bravamente para se fazerem ouvir.

O quarto artigo, **Diálogos transdisciplinares entre a sociologia ambiental, a agroecologia e o saber-fazer camponês**, de autoria de Lídia Cardel et al, apresenta resultados de pesquisa e de extensão realizados no assentamento rural MAJU, localizado no município de São Sebastião do Passé, no litoral norte da Bahia. Teve como objetivo incentivar a transição agroecológica nas práticas agrícolas da comunidade. Trata-se de uma proposta inter e transdisciplinar que obteve êxito na conexão entre o conhecimento acadêmico-científico e o saber-fazer-tradicional. O autor alerta sobre a importância da promoção de políticas públicas que assegurem educação ambiental, segurança e soberania alimentar através do incentivo da adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas.

Desejamos uma boa leitura a todes, todas e todos!!!

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 35, p. 84-105, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MPqVy7HmLgCNZCf85YyGQpf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa (org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LITTLE, Paull Elliot. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II ENCONTRO DA Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais [...]** Indaiatuba: Indaiatuba, 2004. Disponível em: http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf. Acesso em: 12 out. 2023
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- LATOUR, Bruno. Entrevista com Bruno Latour. **Revista Rosa**, São Paulo, n. 1, v. 2, set. 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/entrevista-com-bruno-latour>. Acesso em: 16 set. 2023.